

# Para que(m) serve essa "história"?

Um ensaio sobre o regionalismo político norte-mineiro

---

LAURINDO MÉKIE PEREIRA

## RESUMO

Este artigo discute o regionalismo norte-mineiro, especialmente em suas manifestações políticas. O objetivo principal é compreender e criticar a produção e difusão de uma memória histórica segundo a qual o Norte de Minas apresenta, desde os primórdios da sua história, uma formação política, econômica e social distinta do restante do Estado de Minas Gerais. Para se contrapor a essa proposição, estuda-se, neste artigo, as ações e discursos produzidos pela elite regional desde a primeira metade do século XIX, procurando mostrar a sua profunda articulação com as elites e com governo estadual e, principalmente, o constante reconhecimento das elites de Montes Claros e do Norte de Minas da sua condição de "mineiros".

**Palavras-chave:** História, Norte de Minas Gerais, regionalismo político

## ABSTRACT

This paper discusses about the regionalism in the north of Minas Gerais, in special in its politics manifestations. The main goal is to understand and to criticize the production and the diffusion of a historic memory, in which is presented in the north of Minas, since its historical origin a political, economical and social formation distinct from the rest of Minas Gerais. To oppose to this thesis, this article studies the actions and discourses produced by the regional dominant group since the first half of the XIX century, seeking to show their deep articulation with the government of Minas Gerais, and specially, the constant reconnaissance of the dominant group of Montes Claros and of the north of Minas Gerais from their condition of their regional identity of “mineiros”.

**Key words:** History, North of Minas Gerais, political regionalism

O objetivo deste artigo é discutir a trajetória histórica do regionalismo político norte-mineiro, inserindo tal regionalismo em um quadro maior, que é o Estado de Minas Gerais. A estrutura do texto subverte a seqüência cronológica. Assim, aborda-se, primeiro, a mobilização e o discurso regionalista nas últimas décadas do século XX e, posteriormente, confronta-se esta primeira parte com uma reflexão acerca da história da região a partir de meados do século XIX.

Entre os truísmos mais difundidos em Minas Gerais está, seguramente, a idéia de que o Estado é um mosaico de regiões distintas, na conhecida expressão do escritor Guimarães Rosa: Minas são várias. É também usual apontar a influência de outros Estados sobre regiões mineiras, caso, por exemplo, da influência do Rio de Janeiro sobre a Zona da Mata, e da Bahia e/ou do Nordeste sobre o Norte de Minas.

No norte do Estado, especificamente, a influência baiana/nordestina é bastante aceita, divulgada e reclamada por artistas, memorialistas, professores universitários, lideranças e entidades políticas. Há dados diversos para corroborar essa assertiva: semelhanças climáticas, índices pluviométricos, índice de desenvolvimento humano (IDH) e práticas culturais similares. Entretanto, é o passado, a história da região, o principal apoio utilizado pelos sequazes dessa idéia. A discussão desse tema é longa e demandaria um esforço e espaço incompatíveis com as dimensões de um artigo. Aqui, recortamos a questão da seguinte forma: o aspecto político do problema, especificamente, baseando-nos nas fontes produzidas por entidades e lideranças político-partidárias.

Declarar a influência baiana/nordestina não é, de todo modo, incompatível com o reconhecimento da condição de mineiros. Em documentos da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE – AMAMS –, principal entidade de representação política da região, afirma-se:

O norte de Minas apresenta, em sua trajetória histórica, uma forte ligação com o Nordeste: sua ocupação, seu povoamento, as ligações inter-regionais, tudo isto aponta para uma continuidade entre ambos. (...) A marcar essa trajetória histórica está o fenômeno das secas, que periodicamente lança o homem do norte de Minas, assim como seus irmãos nordestinos, numa luta pela sobrevivência.<sup>1</sup>

O trecho em questão é parte de um *Estudo* de 93 páginas realizado pela AMAMS, em 1993, com vistas a reivindicar do governo federal que incluísse toda a Região Mineira do Nordeste – RMNe – no “Semi-Árido”, área que, pela Constituição Federal de 1988, deveria receber recursos especiais para o combate às secas. O *Estudo* é assinado pelas mais influentes entidades empresariais e políticas de Montes Claros (principal município da RMNe) e da região, bem como por órgãos dos governos estadual e federal: Associação Comercial e Industrial de Montes Claros/ACI, AMAMS, Clube de Dirigentes Lojistas de Montes Claros/CDL, Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco/CO-DEVASE, Cooperativa Agropecuária Regional do Norte de Minas/COOPAGRO, Cooperativa de Crédito do Norte de Minas/CREDINOR, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Minas Gerais/EMATER, Federação da Agricultura de Minas Gerais/FAEMG, Federação das Indústrias de Minas Gerais/FIEMG, Sindicato das Indústrias de Fibras Vegetais e Descarçamento de

Algodão, Sindicato Rural de Montes Claros, Sociedade Rural de Montes Claros, Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas/SUDENOR-MG e Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes.

Estudos similares a esse e mobilizações são constantes na região. Em síntese, a definição do norte de Minas como região “historicamente nordestina” e “seca”, juntamente com a reivindicação por mais recursos dos governos estadual e federal, é o coração do regionalismo norte-mineiro. Entendemos regionalismo como “a expressão política de grupos numa região, que se mobilizam em defesa de interesses específicos frente a outras regiões e ao próprio Estado. Esse é um movimento político, porém vinculado à identidade territorial”<sup>2</sup>. Ainda nos servindo das reflexões de Iná de Castro, pensamos a região como algo constituído pelas “práticas sociais em um território”, que se define a partir da relação do homem com o meio e com os seus símbolos, é “a base territorial para a expressão do regionalismo”<sup>3</sup>. O regionalismo não é, a *priori*, um mal ou um bem. Conforme destacam estudiosos do tema, como Ann Markusen, Iná de Castro e Sandra Lencioni<sup>4</sup>, a mobilização regionalista pode ser conservadora ou progressista, pode fazer avançar projetos sociais e distributivos ou mesmo revolucionários, mas também pode frear os processos de mudança, reforçar relações e estruturas de poder. Assim, só o exame da história de cada mobilização regionalista permite compreender o seu conteúdo, suas propostas e suas motivações.

É notável que essa mobilização capitaneada pela AMA-MS, em 1993, reunia entidades especificamente norte-mineiras, mineiras e oficiais (estadual e federal). Para a presente discussão, importa descartar como as semelhanças “históricas” com o Nordeste são instrumentalizadas pelo *Estudo*, a fim de sustentar sua

reivindicação. A fraternidade com os nordestinos (“nossos irmãos nordestinos”) seria, nessas formulações, bastante antiga. Em verdade, teria começado nos primórdios da colônia.

Além de útil em ações reivindicatórias como a já mencionada, essa proposição é um dos elementos centrais de um projeto que, periodicamente, vem à tona na região. Trata-se da criação de um outro Estado reunindo o norte de Minas, os vales do Jequitinhonha e Mucuri e o sul da Bahia.

A primeira tentativa nesse sentido foi em 1967. O deputado capixaba Floriano Rubin apresentou ao Congresso Nacional o projeto Estado de Cabrália. Os grupos dirigentes regionais mobilizaram-se para defender o projeto. A diretoria da ACI de Montes Claros criou uma sociedade civil denominada União para o Desenvolvimento do Interior de Minas e da Bahia/UDEIMB, com o fim específico de “desenvolver a região” e apoiar o projeto<sup>5</sup>. A Câmara Municipal de Montes Claros, por sua vez, também se engajou no movimento<sup>6</sup>.

Fracassado em 1967–1968, o projeto foi retomado na década de 1980. Nesta segunda experiência, foi formado um comitê de mobilização, tendo à frente os economistas Expedito Mendonça e Alfredo Dolabella. Após o recolhimento de cerca de 47 mil assinaturas favoráveis ao projeto separatista, o deputado federal de Montes Claros Humberto Souto apresentou o projeto Estado de São Francisco na Assembléia Nacional Constituinte de 1987.

A justificativa histórica do projeto é instrutiva para a discussão que aqui propomos. “Razões de natureza *histórica*, problemas de ordem administrativa e socioeconômica (...) e a necessidade de trazer à população regional a perspectiva de um futuro melhor são aspectos

fundamentais em que se baseia a criação do Estado de São Francisco (...)”<sup>7</sup>. Vamos nos ater às “razões históricas”. Diz o texto:

Pode-se dizer que o primeiro passo objetivo para a criação do Estado de São Francisco ocorreu na fase colonial do Brasil, quando D. João VI, visando a preservar a influência do domínio da Fazenda Real Portuguesa, promulgou, em 1809, o alvará de criação da Comarca de São Francisco, vinculada à Capitania de Pernambuco, que se estendia pelo Oeste da Bahia, alcançando o Norte e Nordeste de Minas (...)

Daí, as origens e vínculos históricos e culturais do Estado de São Francisco com a região Nordeste.

Em 1840, o Senado do Império aprovou Emenda Constitucional, criando o Estado de São Francisco, que visava a unificar o Território da antiga Capitania de Porto Seguro, tendo sido posteriormente vetada.

Em 1842, o grande estadista Teófilo Otoni (...) colocou-se à frente de um movimento separatista, que tinha por objetivo lutar pela autodeterminação política, econômica e administrativa do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha (...)”<sup>8</sup>

Na mesma linha, o professor Alfredo Dolabella Portella Filho, um dos principais intelectuais do movimento regionalista, busca as raízes do Estado de São Francisco, nas Capitanias Hereditárias, instituídas em 1534:

A Capitania de Porto Seguro se caracteriza como a primeira unidade administrativa situada entre os referidos paralelos. (...) Os ensaios para efetivar a colonização (...) não lograram

êxito (...) Igualmente não foram bem sucedidas as investidas para desenvolver a capitania, tentadas posteriormente.

(...)

O historiador Simeão Ribeiro em seu livro RAÍZES DE MINAS explana, com muita clareza, de que maneira a região do Norte de Minas, correspondente à capitania de Porto Seguro foi, inicialmente, colonizada por baianos no lado direito do Rio São Francisco e por pernambucanos, no lado esquerdo.

A Coroa Portuguesa preocupada com o contrabando e outros perigos que porventura pudessem ameaçar a grande fonte de riqueza constituída pelas minas de ouro e diamante, incumbiu o Conde de ASSUMAR (1720) de estabelecer os limites da nova capitania. Assim, a partir daquela década os baianos e pernambucanos foram afastados para, aproximadamente, as atuais divisas do Estado de Minas (PORTELA FILHO, 1998:54-55)<sup>9</sup>.

É notável como, nos trechos acima, há um esforço para conferir ao Estado de São Francisco uma raiz histórica profunda. A estratégia é “provar” que as regiões que pretendiam separar não eram, historicamente, pertencentes e nem se identificavam com o Estado de Minas Gerais. Mas o discurso antimineiro ficou, de fato, mais agressivo durante as discussões que se desenvolveram no Congresso Nacional, na época da tramitação do projeto. O economista Expedito Mendonça foi o responsável pela defesa do projeto no plenário da Câmara e pelas articulações em Brasília.

A iniciativa separatista enfrentou uma forte e organizada resistência dos governos de Minas Gerais – Newton Cardoso – e da Bahia – Waldir Pires. Praticamente sem o apoio das bancadas mineira e baiana, a estratégia do movimento foi apelar para os constituintes de outros Estados. Possivelmente com o apoio dos

deputados e coordenadores do movimento separatista Triângulo Mineiro, Expedito Mendonça promoveu uma agressiva campanha “antimineira” no Congresso Nacional. Exemplo disso foram os cartazes afixados por Mendonça, no Congresso, com os seguintes dizeres: “CONSTITUINTE, FAÇA UM SEGURO ANTIGOLPE VOTANDO PELA DIVISÃO DE MINAS GERAIS”. Logo abaixo desta frase, vinha um mapa de Minas dividido com uma faixa ao meio, separando o Estado em três: Minas Gerais, Triângulo e São Francisco. No interior da faixa, vinha escrito “DIVISÃO DE MINAS: UM IMPERATIVO NACIONAL”. Abaixo do mapa, os dizeres eram: “Na defesa do ESPAÇO POLÍTICO DE MINAS GERAIS NA POLÍTICA NACIONAL, nos últimos 50 anos, MG planejou, organizou e financiou 3 GOLPES DE ESTADO: 1930 - 1932 - 1964, com um saldo sinistro para o Brasil de 37 ANOS DE DITADURAS, 50 ANOS DE ATRASO TECNOLÓGICO E CULTURAL E UMA DÍVIDA ALARMANTE. Redivisão política é uma proposta de descentralização e de redemocratização do poder e conduz ao desenvolvimento”.

A reação dos mineiros foi proporcional à agressividade dos dizeres. “Deve ser coisa de paulista”, disse o deputado Carlos Mosconi (PMDB), “ou das Esquerdas”, argumentou Bonifácio de Andrade (PDS). Pimenta da Veiga, por sua vez, conseguiu, junto à mesa da Constituinte, a retirada dos cartazes que, para ele, eram “um insulto a Minas Gerais e aos seus políticos”. Irritado com a reação dos parlamentares mineiros, Expedito Mendonça recorreu ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que liberou a recolocação dos cartazes<sup>10</sup>.

O texto da Emenda Popular, certamente redigido por Mendonça, também batia forte no governo mineiro. Além de denun-

ciar as precárias condições sociais das regiões a serem separadas, reagia contra “Minas”, recorrendo à história:

Hoje, o que se pretende com a criação do Estado de São Francisco não é dividir uma área homogênea, mas unificar uma extensa região que teve suas fronteiras violadas, uma região que foi agredida, desfigurada da qual foi tirado o acesso ao mar, mas que apesar de tudo permanece una e indivisível nas suas tradições, na sua história e na sua cultura. (...)

Convém notar que antes de constituir um desmembramento, o agrupamento dessas terras na formação do Estado de São Francisco corresponde muito à reintegração de áreas anteriormente separadas por não se considerarem os fortes laços que as uniam e que prevalecem até hoje.<sup>11</sup> (Grifos nossos)

Com outros termos, mas com um estilo mais cáustico, Expedito Mendonça repetiu as mesmas idéias no discurso de defesa da Emenda Popular, no dia 01 de setembro. As idéias polêmicas divulgadas nos cartazes reapareceram na fala de Mendonça. Sem meias palavras, o economista acusou o Estado de Minas pelos golpes de 1930 e 1964 e pelo massacre dos paulistas, em 1932. “Minas Gerais é poderosa, possui extraordinário poder econômico e político, e quer conservá-lo e ampliá-lo. Mas a história mostra que os políticos mineiros, tirando honrosas exceções, como JK e Tancredo Neves, os demais são reacionários, beligerantes e golpistas”, afirmou Mendonça. Em virtude disso, o desmembramento do Estado atenderia, também, a um objetivo nacional, porque o “equilíbrio de forças é fundamental para a democracia. Para que a família brasileira venha a dormir em paz, e para prevenir novos golpes de Estado, a divisão de Minas deve ser considerada pela Assembléia Nacional Constituinte um IMPERATIVO NACIONAL”<sup>12</sup>.

A agressividade e as circunstâncias em que tais documentos foram produzidos não podem ser desprezadas. Apesar disso, é preciso salientar que esses textos expressam e corroboram idéias já difundidas nos meios políticos e intelectuais da região. A proposição da origem baiana/nordestina é fundamentada, entre outros, no livro **Raízes de Minas**, de Simeão Ribeiro. Engenheiro, historiador, vereador e prefeito de Montes Claros, Ribeiro pertencia a uma das mais tradicionais famílias da região e exerceu grande influência nos estudos sobre a história regional. Além disso, Expedito Mendonça já defendia a separação da região desde 1972, quando defendeu sua tese de doutorado em economia, abordando esse objeto. Por sua vez, o professor Alfredo Dolabela realizava, desde o início da década de 1980, estudos acerca da “viabilidade econômica” do Estado de São Francisco<sup>13</sup>.

O “projeto São Francisco” também não logrou êxito, mas certamente contribuiu para difundir a idéia de que o Norte de Minas é uma região baiana, nordestina, e, numa perspectiva mais agressiva, de que o “Norte de Minas não é Minas” ou então de que é “sua colônia”<sup>14</sup>.

O projeto separatista voltou a ser discutido e proposto no ano de 2000, desta vez liderado pelo então prefeito de Montes Claros Jairo Ataíde Vieira, do Partido da Frente Liberal (PFL). Tal iniciativa, ainda não completamente abandonada, recebeu, inicialmente, o apoio das mais importantes entidades representativas dos grupos dirigentes regionais, entre elas a ACI-Montes Claros, a AMAMS e AVAMS (Associação dos Vereadores da Área Mineira da SUDENE)<sup>15</sup>. A liderança de Jairo Ataíde também foi, por si só, significativa. Ele foi a mais importante liderança dos ruralistas de Montes Claros ao longo das décadas de 1980 e 1990, sempre

representando, na política local, regional e estadual, os interesses da Sociedade e Sindicato Rural de Montes Claros e da Coopagro, cooperativa da qual foi presidente por vários anos.

A justificativa histórica desse movimento repetiu, com algumas modificações, os argumentos do movimento de 1986-1987. Para além dos movimentos separatistas, a idéia da “nordestinidade/baianidade” ou “não-mineiridade” da região é compartilhada no âmbito acadêmico.

A mais expressiva obra, nesse sentido, é a de João Batista de Almeida Costa. O autor realizou um magnífico trabalho de antropologia, tomando como campos privilegiados para a análise as cidades de Mariana e Matias Cardoso, locais-símbolos do que ele chamou de “espírito das Minas” e “espírito das Gerais”<sup>16</sup>.

Para esse autor, os habitantes do Norte de Minas, ou dos Gerais, são distintos dos mineiros. Seriam os *baianeiros*:

Em Minas Gerais, há os mineiros e os baianeiros que se distinguem por um conjunto de traços diacríticos contrastivos. Entre os diacríticos que conformam a identidade norte mineira, destacam-se o sotaque, a comida distinta da reconhecida culinária mineira por estar baseada na carne de sol e nas frutas típicas do cerrado, como o pequi, e da caatinga, como o umbu. Em termos geográficos, é uma região onde se articulam o cerrado, a caatinga e a mata atlântica, constituindo-se num espaço de transição entre essas diversas formações ambientais. Há, ainda, o destaque para a especificidade da cultura regional descrita como tradicional e apoiada nos costumes dos negros que historicamente ocuparam a região e, por último, o fenó-

tipo que para Auguste de Saint-Hilaire (1975) era distinto daquele dos mineiros, por ser a população, quase toda ela, de cor. Essa característica fenotípica é decorrente da mestiçagem entre indígenas, negros, paulistas, nordestinos e mineiros que no espaço regional criaram uma ordem social largamente diferenciada e relativamente acentrada, secularizada e resistente aos centros de poder. O sujeito norte mineiro é considerado extrovertido, comunicativo e palrador (Antônio Teixeira, 1975), orgulhoso de sua regionalidade e das características sociais e culturais que o fazem singular na interioridade da realidade social mineira.

### Já os mineiros

(...) são por demais conhecidos, mas não custa lembrar que em termos fenotípicos a elite mineira se assemelha aos portugueses e o povo é descrito como alto, esguio e magro. A esse respeito, Burton (1977) nota que juntos assemelham-se à dupla Sancho Pança e Dom Quixote. Apegados às aparências externas enunciativas de opulência, na intimidade do lar cultivam a sobriedade no comer, no beber e no modo de ser ensimesmado, introvertido e pouco dado à falação. Alceu de Amoroso Lima em sua *Voz de Minas* (1945) sintetiza as características que fazem o mineiro um sujeito singular no Brasil. Para ele, o mineiro é sóbrio, homem de bom senso por ser um sujeito do meio termo, voltado para o passado, um sujeito apegado ao essencialismo, derivando daí sua moderação, seu idealismo e suas utopias. Seu *ethos* também se define pela falta de confiança em si, pelo seu cepticismo, pela indolência e sedentarismo exagerados, por sua hiper crítica, seu recalque, sua desconfiança e sua suscetibilidade. Não se deixando arrebatar nunca. (COSTA, 2003:18-19)<sup>17</sup>

A tese de Costa é extremamente rica e se diferencia/avança muito em relação aos estudos de Expedito Mendonça, Simeão Ribeiro e Alfredo Dolabela. Costa não se restringe a afirmar a influência nordestina/baiana no Norte de Minas; ele identifica uma região e uma cultura específicas, “nem paulista, nem baiana e nem mineira”, e sim “baianeira”.

No entanto, as reflexões do autor se assemelham às dos outros autores quando trata dos processos históricos do século XVIII, como as lutas entre o potentado de Manuel Nunes Viana e o governo de Conde de Assumar, bem como quando analisa os motins de 1736 (“Conjuração sanfranciscana”, nas palavras do autor). Para Costa, essas seriam lutas que evidenciavam a preferência dos “proto-norte mineiros” pela Bahia e a recusa em aceitar a jurisdição do governo de Minas Gerais<sup>18</sup>.

O pensamento de Costa também contribuiu para enriquecer o pensamento regionalista norte-mineiro e mesmo sustentar argumentos separatistas de forma direta e indireta. A forma mais direta ocorreu em uma Audiência Pública na Câmara Municipal de Montes Claros, em abril de 2005, dedicada ao tema “Criação do Estado de Minas do Norte”. Nessa ocasião, João Batista de Almeida Costa expôs, sinteticamente, a sua tese da especificidade da “região baianeira”, construída desde os tempos coloniais, e daí retirou seus argumentos favoráveis à separação<sup>19</sup>. Guardadas as diferenças, mais uma vez, a história foi invocada para justificar/sustentar/legitimar projetos regionalistas-separatistas.

Acreditamos que os documentos da AMAMS, os discursos separatistas, os textos da imprensa local-regional e os escritos acadêmicos, embora nem sempre com os mesmos objetivos, construíram o que chamaremos de “ideologia da norte-mineiridade”.

O núcleo dessa concepção de mundo era o de que as regiões norte, noroeste, nordeste de Minas, os vales do Jequitinhona e Mucuri e o sul da Bahia, especialmente a chamada “botinha” da Bahia, teriam tido uma origem histórica comum, formando, desde a criação das capitanias hereditárias, em 1534, uma unidade política, econômica e administrativa – a Capitania de Porto Seguro – que, por conveniências políticas do poder central e dos governos mineiro e baiano, foi desconsiderada ao longo de mais de quatro séculos. Desde a colônia, por diversas vezes, teria sido cogitada, pensada, proposta e exigida a formação do Estado de São Francisco, recuperando as linhas gerais das fronteiras de 1534. Nessa visão, as regiões a serem separadas nunca foram mineiras, formando, desde os primórdios da colonização, uma unidade específica, nem mineira nem baiana.

Além da natureza histórica da unidade “são-franciscana” ou “baianeira”, os separatistas recorriam a argumentos “técnicos”, como a grande extensão dos territórios baiano e mineiro e a conseqüente incapacidade dos governos dos respectivos estados de concederem a devida assistência àquelas “regiões abandonadas”.

No caso específico das regiões mineiras, o movimento separatista sempre enfrentou e enfrenta uma grande resistência por parte do governo estadual e da poderosa “mitologia da mineiridade”, segundo a qual, entre outras coisas, o Estado de Minas Gerais era indivisível e suas diferenças e capacidade de conciliação política eram uma síntese da nação e uma garantia da conservação da mesma<sup>20</sup>.

No movimento de 1986-1987, especificamente, o Palácio da Liberdade mobilizou jornalistas, deputados, poetas, historiadores e artistas diversos para saírem a campo e combaterem os “separa-

tistas traidores”. Contra a “mitologia da mineiridade”, os intelectuais norte-mineiros ergueram a ideologia da “norte-mineiridade”, da “identidade são-franciscana”, ou, para alguns, a “unidade baiana” e o caráter “nordestino” do setentrão mineiro.

Evidentemente, a ideologia da “norte-mineiridade” ou da “unidade são-franciscana” está longe de obter o mesmo grau de difusão e assimilação da mitologia da mineiridade. Entretanto, no âmbito regional, ela logrou conquistar corações e mentes de grande parte da imprensa, das lideranças políticas e de pesquisadores acadêmicos, mesmo aqueles que não comungavam idéias separatistas.

Para sustentar a “unidade são-franciscana”, recorria-se à autoridade do passado. Esse, observa Hobsbawm, “tende a ser o tribunal de apelação para disputas e incertezas do presente”<sup>21</sup>. Segundo os intelectuais da região, o Norte de Minas era objeto de “colonização” das regiões centrais do Estado, fornecia alimentos no período colonial e, nas últimas décadas, desempenha o papel de fornecedor de matérias-primas e mão-de-obra barata para as indústrias siderúrgicas instaladas na região metropolitana de Belo Horizonte.

Assim, impunha-se libertar os “Gerais”, outra expressão utilizada para nomear a região, da exploração de(das) “Minas”. Essa seria uma demanda antiga dos baianos do sul e dos mineiros do norte, remontando às lutas de Manuel Nunes Viana contra o Conde de Assumar nas primeiras décadas do século XVIII, passando por mobilizações no período monárquico e atravessando todo o período republicano.

É notável como a ideologia da norte-mineiridade refere-se à “região”, aos “norte-mineiros”, e aos “interesses regionais” de forma homogênea, encobrendo as clivagens e conflitos de classes sociais, apresentando como universal o que é de uma classe.<sup>22</sup>

No entanto, embora de enorme relevância, não é esse aspecto que vamos explorar aqui. O que se quer discutir é a produção de uma história, de um passado ou a invenção e preservação de uma tradição<sup>23</sup> “histórica” que contribui para dar corpo e sustentar essa ideologia.

Após apontarmos as linhas gerais dessa ideologia no que concerne aos seus argumentos históricos, procedemos, agora, a um confronto da mesma com as experiências históricas de mobilização regionalista na região desde meados do século XIX. Fundamentalmente, queremos investigar quando e como (e se) surge, se produz a pretensa unidade “são-franciscana”, a não-aceitação da condição de mineiros, o caráter nordestino da região. Recortamos o enfoque. Privilegia-se aqui o discurso e as ações dos grupos dirigentes locais (Montes Claros) e regionais. Semelhantemente ao que ocorreu nas últimas décadas do século XX, desde o século XIX eles se apresentam e dizem representar os “interesses da região”.

Compreendemos que as motivações principais dos conflitos do século XVIII foram de ordem fiscal e também estavam inscritas em problemáticas maiores como as disputas entre autoridades metropolitanas na colônia, caso dos atritos entre o governador das Minas e o Governador Geral sediado em Salvador<sup>24</sup>. Mas, independentemente da natureza daqueles conflitos, parece-nos inteiramente artificial encontrar nos mesmos algo como “raízes” do Estado de São Francisco. Adotar tal perspectiva equivale a construir

uma grande ponte entre 1720-1736 e 1967-1987 e, por meio dela, passar por cima de toda a história.

Foi no século XIX que emergiram as primeiras articulações com vistas à criação do Estado de São Francisco. O primeiro projeto nesse sentido foi proposto no Congresso Nacional por deputados pernambucanos, em 1830. Em 1850, foi a bancada baiana que apresentou, no Congresso Nacional, um projeto similar. Assim como a iniciativa pernambucana, em 1830, essa não foi adiante<sup>25</sup>.

Não encontramos, ainda, registro da discussão desses projetos no norte de Minas. Mas, em Minas Gerais, a questão das fronteiras com a Bahia realmente parecia estar em discussão. É instrutivo pesquisar e refletir como as lideranças políticas norte-mineiras participaram desses processos.

Em julho de 1836, o Presidente da Província solicitou à Câmara Municipal de Montes Claros informações acerca das fronteiras com a Bahia. A resposta dos vereadores foi a seguinte:

(...) esta Câmara informa, na parte que lhe toca, se os limites desta província e as demais do Império são susceptíveis de alteração é de parecer que se responda a s. exc. que a Câmara só é reconhecedora dos limites desta província com a da Bahia; e, nestes, não reconhece necessidade de alguma de alteração, já pelas proporcionadas distâncias, costumes e hábitos dos povos daquela, diametralmente opostos aos desta, já finalmente pelo contentamento que mostram todos estes comprovincianos de pertencerem a Minas Geraes, se conservando divididos e interdictos da maneira que se acham.<sup>26</sup> (grifos nossos)

Privilegiamos aqui o enfoque do papel dos grupos dirigentes no regionalismo político norte-mineiro. Não é objetivo nosso discutir os hábitos, as práticas e os costumes da população em geral. Apesar disso, convém notar que, além da posição política explícita dos vereadores, é clara a diferenciação que assinalam entre os “comprovincianos mineiros” e os baianos. Ainda nesse sentido, é significativo observar como os viajantes também identificavam os costumes, as vilas e as fazendas da região como próprias de Minas Gerais. Saint-Hilaire passou por Formigas (atual Montes Claros), em 1817, e diz que o arraial era tipicamente mineiro, principalmente quanto aos costumes<sup>27</sup>. Já George Gardner, em sua viagem de 1836–1841, descreve o trecho entre Montes Claros e Formigas e o arraial de Bonfim (atual cidade de Bocaiúva), destacando a vegetação, as fazendas e sua infra-estrutura como características de Minas Gerais e distintas das “províncias do Norte”<sup>28</sup>.

Um dos movimentos invocados como exemplo da luta pela autonomia da região é a Revolta Liberal de 1842, liderada pelo “grande estadista Teófilo Otoni”. Não se discute essa revolta aqui, apenas salientamos que as Câmaras Municipais do norte de Minas se posicionaram contra o movimento<sup>29</sup>.

As discussões em torno da criação de novas províncias eram comuns no período monárquico. Como afirma John Wirth<sup>30</sup>, o separatismo só foi elevado à condição de grave traição à “pátria” após a proclamação da República. De alguma forma, as lideranças políticas regionais também participavam desse debate. Richard Burton, em passagem pela região, em 1867, diz que o assunto era bastante discutido em cidades como Januária que, por sinal, se candidatava a ser capital da nova província<sup>31</sup>.

Em 1854, os vereadores de Diamantina lançaram um manifesto em prol da criação de uma nova província, reunindo, genericamente, o “Norte”, o “Jequitinhonha” e o Mucuri, além de porções do Sul da Bahia, Pernambuco e Goiás. O projeto foi apoiado pela Câmara de Montes Claros e chegou a ser protocolado no Congresso Nacional, mas também não logrou êxito. Interessante registrar que nas justificativas dos vereadores de Diamantina e de Montes Claros alegam-se motivos de ordem administrativa, “técnica”, para justificar a reivindicação, e não há qualquer referência às diferenças em relação a Minas Gerais ou qualquer apelo para as tradições autonomistas da região que datariam da colônia<sup>32</sup>.

O tema “Província do São Francisco” voltou à tona em 1873. O projeto foi apresentado, novamente, pela bancada baiana, contando com o apoio do Imperador. Na abertura da Assembléia Geral, em maio de 1873, a “fala do trono” recomendava, explicitamente, a criação da nova Província sob o argumento de que: “Uma nova circunscrição administrativa, que compreenda as férteis margens do rio S. Francisco, é um centro de vida e de progresso para aquela extensa e afastada zona do território nacional, até hoje privada, em grande parte, dos influxos e vantagens da civilização”<sup>33</sup>. Esse projeto foi discutido até 1875, quando terminou arquivado<sup>34</sup>. Foi quando a Província de São Francisco esteve mais próxima de se tornar realidade.

Durante as discussões do projeto no Congresso, foi realizada uma consulta às Câmaras Municipais dos municípios que fariam parte da nova Província, bem como às Assembléias Legislativas de cada Estado envolvido. O importante a destacar é que tanto a Assembléia de Minas como as Câmaras Municipais do norte de Minas se posicionaram contra o projeto. Mesmo a Câmara de

Montes Claros, que havia apoiado a proposição de Diamantina, em 1854, e a de Januária, que se candidatava a Capital, conforme relata Richard Burton, foram contrárias ao projeto<sup>35</sup>.

Como é claramente perceptível em escritos do período, a grande prioridade dos grupos dirigentes norte-mineiros, àquela época, era a construção de uma ferrovia que ligasse a região às vias navegáveis do São Francisco ou do rio das Velhas. Autores como Thomaz Paranhos Montenegro e Bernardo Mata-Machado afirmam que a posição das Câmaras Municipais está estreitamente ligada à promessa/perspectiva de construção da ferrovia. De fato, quando se consultam as fontes coevas, como o *Jornal Correio do Norte* e documentos da Câmara de Montes Claros, percebe-se que a prioridade número um era a questão dos transportes. A ferrovia era vista, por sinal, como o instrumento por excelência do desenvolvimento regional<sup>36</sup>.

Entretanto, a linha de ferro só chegou no século XX, sendo inaugurada em Pirapora, em 1911, em Montes Claros, no ano de 1926, e estabelecendo a ligação com a Leste Brasileiro, na Bahia, no início da década de 1950.

Assim, a grande prioridade “regional” foi lograda nos tempos da Primeira República. Nesse período, a integração das elites regionais com as elites estaduais e com o governo de Minas era extremamente forte<sup>37</sup>.

Uma das mais citadas obras acerca da história da região e do município de Montes Claros foi escrita nesse período. Trata-se da *Monografia do Município de Montes Claros*, de Urbino Viana, publicada em 1916. Viana afirma que a região de Montes Claros,

nos primórdios da colonização, pertencia à Bahia. Porém, o autor, em nenhum momento, utiliza-se desse “fato” para sustentar um caráter distinto à região, ou o seu não-pertencimento a Minas Gerais. Diversamente, ao longo de toda a *Monografia*, o município e a região são apontados como parte desse “opulento e rico território que é Minas Gerais, e da qual procuraremos, na medida das nossas forças e dos recursos de ocasião, traçar a história”<sup>38</sup>. É também significativo que o autor descreva a influência da cultura baiana na região, mas, sem que isso deságüe na idéia de que a cultura nortemineira é baiana ou não mineira:

Alguns mostram a estreiteza de laços que prendem a família mineira à bahiana, da qual herdou muitos usos e costumes, conservando o fundo de caracter paulista, depois de amalgamezas variados. Productos de cruzamentos diversos, o mineiro é antes de tudo um sentimento aberto às manifestações do coração.<sup>39</sup>

Para nós, pouco importaria averiguar a “validade” das palavras de Viana, o relevante é destacar que o seu livro expressava o pensamento também das lideranças políticas locais e regionais. O próprio livro transcreve o texto da Lei n. 268, de 3 de outubro de 1915, que dava ao presidente da Câmara Municipal o poder de nomear uma comissão para averiguar a *Monografia* e adquirir 100 exemplares da mesma para serem “distribuídos a título de propaganda”. Além disso, a *Monografia* é dedicada aos principais líderes políticos e, em especial, ao então presidente da Câmara Cel. Joaquim José da Costa.

Assim, repete-se, na Primeira República, o que já se verificara no período monárquico: as elites regionais, além de perfeitamente

integradas à política estadual, fato comum a todas as regiões, apresentavam-se e identificavam-se como “mineiras”.

A própria construção da ferrovia foi atribuída ao “grande mineiro” Francisco Sá, ministro da Viação, natural de Brejo das Almas, hoje Município de Francisco Sá<sup>40</sup>.

Mas a festejada ferrovia foi também a forma pela qual se intensificou e multiplicou, geometricamente, um problema que atemorizava as elites regionais desde o século XIX: a questão dos retirantes nordestinos. A partir de 1926, data da inauguração da linha de ferro, Montes Claros tornou-se o ponto de passagem principal para os flagelados da seca que abandonavam o nordeste em direção a São Paulo. A “questão dos retirantes” atravessou as décadas de 1930, 1940 e 1950 como um dos temas principais da imprensa e da administração pública montes-clarenses.

Em síntese, o problema consistia no fato de que os trabalhadores aportavam em Montes Claros com suas famílias sem condições de seguirem para São Paulo. A “estadia” em Montes Claros, que, em muitos casos tornava-se definitiva, dava-se em condições subumanas. Essa “permanência” é que atormentou jornalistas e lideranças políticas e eclesiásticas da cidade. Muitos desses retirantes chegavam doentes e ficavam, definitivamente, na cidade. Em verdade, os sãos e os doentes eram tratados como “indesejáveis” pela Prefeitura, imprensa e entidades locais que exigiam dos governos estadual e federal auxílio para o transporte imediato dos retirantes em direção a São Paulo.

Especialmente pelo jornal **Gazeta do Norte**, os retirantes nordestinos recebiam um tratamento repugnante. Em 1940, o

jornal estampou, na primeira página, uma manchete que se repetiria, com palavras diferentes, mas com significados semelhantes, ao longo dos vinte anos seguintes: “O eterno problema dos flagelados. Herança indesejável que a sêca nordestina legou a cidade”. A reportagem começa fazendo concessões: “ninguém desconhece o que foi, nestes últimos dois anos a sêca tremenda que martirizou partes do norte de Minas, sul da Baía e alguns estados do nordeste, obrigando quase totalidade de sua população rural (...) abandonar suas terras (...)”. Para Montes Claros, continua o jornalista, “tem vindo vários milhares desses infelizes que, após passarem aqui muitos dias sofrendo toda sorte de privações, são mandados para outras zonas”. O problema, dizia, é que muitos deles não tinham um “tostão sequer”. “E eles são milhares”. À medida que o texto avança, o autor carrega na tinta e revela o horror que tinha dos retirantes. Segundo a matéria, enquanto não conseguiam passagem para São Paulo, os trabalhadores se “arranchavam” no antigo prédio da Escola Normal, lugar que, por causa disso, teria se transformado num “antro horrível, imundo, fétido, insuportável. Já não se pode passar nas proximidades do ‘depósito de retirantes’”. Mas o maior problema, para o autor, não era somente a desumana condição dos imigrantes, o que mais lhe incomodava era o fato de que eles saíam para pedir esmola nas ruas, e, como eram “portadores de inúmeras doenças, principalmente do terrível tracôma”, constituíam um “seríssimo perigo para a população indefesa”. Por isso, o autor apela para que o governo do Estado socorra os flagelados “que de longe vêm para esta cidade, evitando que sejam propagadas moléstias que muitos deles são portadores que constituem um perigo enorme para a população”.<sup>41</sup>

Se hoje, 60 anos depois, ficamos chocados com a forma como o autor se refere aos retirantes, naquele período, certa-

mente, esse texto não provocou nenhuma repulsa, porque no número seguinte, o jornal voltou ao assunto, usando os mesmos termos, e assim o fez até o final de sua existência, no início da década de 1960. Daí se depreende que esse era, de forma geral, o pensamento daqueles que mantinham o jornal, bem como daqueles que o liam. Também as entidades de classe como a ACI e a Sociedade Rural se ocuparam da questão, cobrando dos governos estadual e federal medidas no sentido de retirar de Montes Claros os indesejáveis nordestinos<sup>42</sup>.

Em 1959, os retirantes de Montes Claros foram assunto nacional. O **Jornal Binômio**, de Belo Horizonte, divulgou que haveria um “mercado de escravos em Montes Claros”, pois os jornalistas, disfarçados de fazendeiros, teriam comprado um casal de nordestinos por 4 mil cruzeiros, com recibo e garantias de saúde do mesmo.

O assunto foi objeto de análise do colunista “L. Pimenta”, no **Gazeta do Norte**. Surpreendentemente, não foi o fato em si mesmo que mais o preocupou. “Não vamos contestar a veracidade ou não do fato, diz o autor, [mas] os jornalistas deviam ter sido mais comedidos em suas apreciações”. Enquanto a “opinião pública brasileira estava estarecida” com a notícia, L. Pimenta se ocupava em “defender o nome de Montes Claros”:

O assunto de tão explorado está se transformando em sensacionalismo barato, com reflexos negativos ao bom nome de nossa cidade, que já tem fama injusta de ‘cidade cangaceira’, oriunda de acontecimentos políticos que já pertencem a um passado longínquo. (...) A Montes Claros de hoje galgou uma posição de invejável destaque no cenário político e adminis-

trativo do Brasil. (...) precisamos zelar pelo seu nome e por suas tradições. (...) Se existe “mercado de escravos” a culpa não é nossa. O progresso fez com que Montes Claros servisse de conjugação para o trânsito de caminhões em demanda do sul. (...) Tampouco vamos culpar o govêrno que (...) tem destinado verbas fabulosas para minorar o sofrimento daquela pobre gente.

Contudo, tenham esperança os nordestinos. A marcha do Brasil para o Oeste já é uma realidade (...)<sup>43</sup>

O texto de L. Pimenta é paradigmático para se compreender a visão predominante em Montes Claros acerca do “problema dos retirantes”: 1º) As causas do problema eram buscadas na natureza – as secas; 2º) o que se pedia do poder público era que “socorresse” as vítimas da seca e/ou as levassem para “outro lugar”; 3º) os grupos dirigentes do município estavam integralmente afinados com o governo estadual e totalmente identificados como mineiros e se esforçavam para se apresentarem como parte de um país moderno, civilizado; daí que 5º) havia, nos discursos diversos, uma clara separação entre Montes Claros/norte de Minas e Nordeste, local do atraso, fonte daqueles retirantes “miseráveis”.

Seria uma ingenuidade pensar que a repulsa pelos retirantes se devesse apenas ao fato de serem nordestinos. O que se quer destacar aqui é que a imagem, a idéia de nordeste que se tinha na cidade, era profundamente associada à seca, à miséria, à doença e à pobreza, e os retirantes eram os seus maiores símbolos. E simbolizavam tudo o que as elites regionais fizeram um esforço imenso para não ser ou parecer.

Para nós, esse esforço das elites regionais dava-se no sentido de construir e difundir uma imagem moderna da região e, para tanto, era absolutamente necessário diferenciá-la do que, naquele momento, representava o Nordeste. Na realidade, o ato de as elites se identificarem como *mineiras*, como já discutido aqui, era uma constante e não surgiu por causa dos retirantes. Apenas ressaltamos que essa prática permaneceu e até foi reforçada naquele contexto. A alegada “fraternidade nordestina” que teria profundas raízes históricas simplesmente inexistia naquele momento.

Nos discursos das lideranças regionais, era absolutamente comum louvar as grandezas de Minas Gerais. Quando tomava posse, à frente da Associação Comercial de Montes Claros, em 1935, o seu presidente dizia: “Olhemos fitos no nosso dever pelo engrandecimento de Montes Claros e de todo o Norte de Minas, pois que só assim, teremos uma região respeitada e considerada no conceito de outras regiões do nosso grandioso Estado de Minas”<sup>44</sup>.

Essa mesma entidade congratulou-se com o governador Benedito Valadares pela nomeação de José Antônio Saraiva como prefeito do município. Isso é ilustrativo, pois revela que o prefeito, embora não eleito, estava de acordo com os interesses da elite local. As ações desse prefeito na questão dos retirantes é também instrutiva. Entre as polêmicas que os retirantes produziram está o atrito do governo de Minas e da Prefeitura de Montes Claros com agenciadores paulistas que atuavam na região selecionando os trabalhadores mais sadios e recusando os doentes. Segundo o prefeito, os agenciadores, com “promessas mentirosas”, convenciam milhares de trabalhadores a abandonarem as fazendas, e até serviços da Prefeitura, e migrarem para São Paulo. Note-se que esses não são os retirantes nordestinos que aqui aportavam. No

texto, o prefeito José Antônio Saraiva, além de enfatizar que os trabalhadores migrantes eram “nossos”, “mineiros”, denunciava que os agenciadores procuravam “diminuir o nosso Estado e nosso Governo, dizendo que Minas nada faz pelos seus trabalhadores e que São Paulo dá tudo (...). Tenho ainda informações de que os trabalhadores mineiros são considerados doentes em S. Paulo”<sup>45</sup>. Nesse trecho, o prefeito de Montes Claros colocava-se como um defensor dos “mineiros” contra as falsas promessas dos paulistas e o desrespeito ao Estado de Minas.

Caberia indagar aqui se, diferentemente do discurso político, na prática cotidiana, as elites regionais tinham laços com os baianos. Em verdade, como vimos, no século XIX, a desarticulação com os baianos era completa, como ficou evidente na ausência e/ou recusa dos norte-mineiros em participar dos projetos separatistas de 1830, 1850 e 1873.

Também do ponto de vista das relações econômicas, desde meados do século XIX, a economia regional reorientou seus contatos em direção ao Rio de Janeiro, diminuindo, progressivamente, as trocas com as decadentes (relativamente) províncias da Bahia e Goiás<sup>46</sup>. A integração com Belo Horizonte e Rio de Janeiro se tornou ainda mais definitiva após a inauguração da ferrovia, nas primeiras décadas do século XX.

A desarticulação econômica e política entre norte-mineiros e baianos é também perceptível em episódios simples. No início de 1935, os criadores de gado da região estavam às voltas com o “gado em trânsito ou importado, e procedente dos municípios nordestinos que, segundo judiciosas observações é portador de males, que acarretam enormes prejuízos à economia dos invernis-

tas e fazendeiros deste município.” Em virtude disso, a Associação Comercial solicitava ao prefeito Floriano Neiva de Siqueira que fizesse gestões junto ao governo estadual, para que se instalasse um posto de inspeção e desinfecção do “gado em trânsito” para impedir a contaminação dos rebanhos locais.<sup>47</sup>

Mais uma vez, é preciso registrar o óbvio: o problema não é que o gado é “nordestino”. O que se quer destacar é que não havia estreitas relações, parcerias econômicas ou políticas entre os grupos dirigentes locais e regionais com aqueles que, posteriormente, serão chamados “nossos irmãos nordestinos” de longa data.

Após a ascensão de Getúlio Vargas e com a suspensão das atividades parlamentares, as tradicionais lideranças praticamente saíram de cena da política estadual. Possivelmente, um dos mais “ilustres” e influentes norte-mineiros, nas décadas de 1930, 1940 e 1950, tenha sido o escritor Cyro dos Anjos. Cyro dos Anjos nunca foi candidato a cargo algum. Foi um intelectual e atuou como burocrata, algo muito comum nos tempos do Estado Novo. Ocupando cargos próximos ao governador do Estado e, posteriormente, ao presidente da República, Cyro exercia grande influência na política de Montes Claros e região, sendo responsável, por exemplo, pela nomeação de Alpheu Gonçalves de Quadros para prefeito de Montes Claros em 1942<sup>48</sup>.

A prioridade aqui é explorar o Cyro dos Anjos burocrata e político, não a sua literatura. Porém, uma breve observação sobre seu livro de memórias é útil para a problemática que investigamos. Percorrer as páginas de **A menina do sobrado** é um deleite. É uma viagem à cidade de Montes Claros do início do século XX, cognominada Santana pelo autor. Ao longo de todo o livro, o autor

identifica-se como *mineiro*, como alguém formado nas tradições de Minas. E não se trata de algo que ele tenha “adquirido” após se mudar para Belo Horizonte. Inversamente, em certa passagem, o autor diz que ele e seus colegas montes-clarenses se sentiam meio incompatíveis com a capital, pois esta era ainda muito “jovem”, ainda não conhecia, não se coadunava inteiramente com as velhas tradições de Minas Gerais: “Belo Horizonte ainda não era Minas”; em outros termos: não aceitava os hábitos mineiros como fazer serenatas: “[montes-clarenses] amávamos, no bardo de Mariana, a mística, o lirismo e a mineiridade”<sup>49</sup>.

Ao longo de todo o livro, não há sequer uma referência especial ou algo qualquer que revelasse uma predileção pelas tradições baianas/nordestinas (sem entrar no mérito do que isso significa), nada que insinue uma “identidade baianeira”. Pelo contrário, a infância e “adolescência” do autor são narradas como os tempos em que “Várzea da Palma” era o objeto de desejo e fascínio. Explica-se. Durante muitos anos, a estação ferroviária mais próxima a Montes Claros foi a de Várzea da Palma. A ferrovia era o maior sonho dos montes-clarenses e era vista como o símbolo do progresso e da redenção regional. Era ali o local onde se conectava com Belo Horizonte, com a “civilização”, com o “mundo”. De certa forma, pode-se depreender das memórias de Cyro dos Anjos que ele, quando menino, viveu sempre voltado para o “sul” e, evidentemente, de costas para o norte. Por sinal, ele faz uma descrição pavorosa da sua experiência em conhecer a “Jaíba”, terras situadas ao norte da microrregião de Montes Claros. Foi a única vez que o menino Cyro viajou no sentido inverso ao de “Várzea da Palma”. Essa “expedição” durou algumas semanas e foi um martírio para ele. Segundo o autor, aquela “região do norte” era ignota, onde imperava os bichos, a natureza, as doenças, e até os animais do-

mesticados tinham medo da natureza bruta. Ele foi até a fronteira da Bahia, de onde retornou. O autor diz que se contaminou nesse seu “exílio” e se arrependeu da viagem<sup>5051</sup>.

Assim, jornais do século XIX (**Correio do Sertão**), lideranças políticas, escritores, jornalistas e entidades locais e regionais convergiam para o reconhecimento (espontâneo, porque essa problemática é do final do século XX) da sua condição de mineiros. Não encontramos também qualquer apelo para as tradições nordestinas da região. Nem mesmo no documento separatista de 1854 isto está presente.

Os grupos dirigentes enfatizavam a região como *mineira*, desenvolvida e moderna. A presença de JK na presidência da República certamente contribuiu para reforçar esse discurso. Mais do que nunca, a imagem de Minas estaria associada à da modernidade, do progresso e do desenvolvimento, expressões sempre reclamadas para caracterizar o Norte de Minas.

Por sinal, a produção e a disseminação do discurso que exaltava a cidade de Montes Claros como uma “metrópole sertaneja”, moderna, com “foros de gente civilizada”, foram constantes nas décadas de 1940 e 1950 e atingiram o seu auge em 1957, quando foi realizada uma semana de festividades na cidade em comemoração ao primeiro centenário da mesma. Enquanto equipes de trabalho organizavam a festa do centenário, as lideranças empresariais e políticas do município e da região mobilizaram-se junto aos governos estadual e federal no sentido de carrear recursos públicos para obras na área de transporte, energia e apoio em projetos como o da industrialização da carne bovina na própria região<sup>52</sup>.

Acreditamos que as comemorações do centenário, em 1957, com a presença de autoridades estaduais, como o Governador Bias Fortes, e nacionais, como o Presidente Juscelino Kubistcheck, e a criação da SUDENE, são marcos que, de certa forma, parecem demarcar a história do regionalismo político norte-mineiro.

As principais reivindicações dos grupos dirigentes regionais não foram atendidas nos anos 1940 e 1950. As perspectivas abertas pela SUDENE parecem ter contribuído, fundamentalmente, para redirecionar o discurso regionalista. Daí em diante, “ser nordeste” tornou-se muito útil, importante, “produtivo”.

A transformação no/do discurso regionalista é um processo amplo. Não o discutiremos aqui. Apenas citamos, a título de exemplo, o então prefeito de Montes Claros, Simeão Ribeiro, em 1962, quando aborda o problema das secas:

Temos lutado muito para que o Congresso Nacional reconheça a área mineira da seca perfeitamente identificada como área nordestina (...). Desejamos os salutares efeitos de isenções fiscais e outros favores reconhecidos pela Lei que instituiu a SUDENE, mas que, inexplicavelmente, afastou do Polígono das Secas extensa área do território mineiro.

(...) estamos numa região de alto índice de subdesenvolvimento, equiparando-se às mais assoladas do nordeste brasileiro. O rendimento per-capita é baixíssimo. Até pouco tempo, nos próprios mapas do Estado de Minas, lia-se a legenda sombria que ficava sobre nossa região: – região semiárida e deserta. Hoje, talvez por vaidade, tiraram a legenda dos mapas, mas não tiraram o sofrimento de meu povo, seu viver ilhado, sem estradas, sem saúde pública, sem energia e ao desamparo...<sup>53</sup>  
(Grifos nossos)

Esses argumentos foram repetidos pelas lideranças e jornais à exaustão, no começo dos anos 1960, e, como vimos no início deste artigo, estão presentes nos dias de hoje. Significativamente, Simão Ribeiro é também o autor de **Raízes de Minas** (1ª edição de 1979), obra-referência dos movimentos separatistas que sustentam a origem baiana/nordestina do Norte de Minas.

Pensamos que a “fraternidade nordestina” se inicia, no discurso, a partir de 1960. Ela é recente, não possui aquela pretensa existência secular. Aliás, como salienta Durval de Albuquerque, falar em Nordeste antes de 1910/1920 é anacronismo puro. Mesmo a Bahia, conforme o autor, só foi “nordestinizada” a partir das obras de Jorge Amado, nos anos 1930/1940<sup>54</sup>.

Quando são examinadas as ações e discursos das lideranças políticas regionais, ao longo da história, como quisemos indicar aqui, os registros não autorizam a proposição da antiguidade da nossa “condição de nordestinos/baianos”. Mesmo a idéia de uma recusa em sermos mineiros e a existência de uma “cultura baianeira” secular são bastante discutíveis.

Nossa hipótese é a de que o Norte de Minas foi “nordestinizado” por obra de lideranças políticas e empresariais, por memorialistas, jornalistas e pesquisadores universitários nesses últimos 40 anos. Logicamente, nem todos desempenharam esse papel de forma deliberada. A história não é tão simples e nem tão racional assim. Pensamos em um processo histórico complexo, em que um fluxo contínuo de informações e relações foram moldando valores, idéias e costumes.

A discussão dessa problemática *da e na* região está apenas começando. O propósito desse artigo é participar do debate. Pro-

curamos aqui refletir acerca da ideologia da “norte-mineiridade”. Pensamos que o mais importante no estudo dessa questão é a produção e divulgação de uma memória histórica que se adapta perfeitamente aos objetivos dessa ideologia. Por isso, ao concluirmos, retomamos a questão abordada no título: Para que(m) serve essa “história”? Não foi objetivo deste texto analisar os projetos sociais e políticos do regionalismo norte-mineiro, nem os detalhes das suas iniciativas separatistas. Pretendemos apenas apontar a formatação e instrumentalização da história regional, ou melhor, de uma história regional. Esperamos que a questão-título seja um mote para reflexão. Este artigo não a responde diretamente, mas é proposto como um passo nessa direção.

# Notas

---

- <sup>1</sup> AMAMS. A região mineira do nordeste e o semi-árido. Montes Claros, novembro de 1993, p. 5 (mimeo).
- <sup>2</sup> CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 164-165.
- <sup>3</sup> CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. Op. Cit.
- <sup>4</sup> MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61-99, LENÇIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003 e CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. Op. Cit.
- <sup>5</sup> MINAS GERAIS. **Diário Oficial**, 14 maio 1968, p. 26. UDEIMB. **Estatutos**. 31-01-1968.
- <sup>6</sup> MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17-01-1968. Arquivo da Administração Pública de Montes Claros / Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes – APMC-DPDOR
- <sup>7</sup> BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Emenda 2B0022-8, p.1-2.
- <sup>8</sup> BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Emenda 2B0022-8, p.2-3.
- <sup>9</sup> PORTELA FILHO. **Por que o Estado de São Francisco I**. Montes Claros, 1998, p. 54-56.

- <sup>10</sup> “Estado de S. Francisco movimentou o Congresso”. **Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 14 out. 1987 e 16 out. 1987.
- <sup>11</sup> BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emendas Populares**, vol 2. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987, p. 86-87.
- <sup>12</sup> MENDONÇA. Movimento do Estado de São Francisco. Defesa da Emenda de Criação do Estado de São Francisco, p. 14-15.
- <sup>13</sup> Cf. PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979, MENDONÇA, Expedito. **O Estado de São Francisco: solução para as crises que afligem a região**, paginação ilegível. 1972. Tese (Doutorado em economia) – Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1972, PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco I**. Montes Claros, 1998, PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco II**. Montes Claros, 2001, PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco III**. Montes Claros. 2001.
- <sup>14</sup> A idéia de que o norte de Minas é colônia do restante do Estado aparece, por exemplo, nos escritos de IMA, João Antônio de Barros. **O Estado de São Francisco: 400 anos de colônia**. s.n.t.
- <sup>15</sup> VELOSO, Dirceu. **Coletânea de informações novo Estado**. Montes Claros, 2001.
- <sup>16</sup> COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianeiros: englobamento, exclusão e resistência**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.
- <sup>17</sup> COSTA, João Batista de Almeida. Op. Cit. p. 18-19.
- <sup>18</sup> COSTA, João Batista de Almeida. Op. Cit, p. 45-51.
- <sup>19</sup> Fita VHS da Audiência Pública “Criação do Estado de Minas do Norte” realizada na Câmara Municipal de Montes Claros no dia 28 de abril de 2005.
- <sup>20</sup> ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999 e DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje**

- (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia) e ANPOCS. São Paulo: Cortez, 1984.
- <sup>21</sup> HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 23.
- <sup>22</sup> CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1982.
- <sup>23</sup> Acerca da invenção das tradições, cf. HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; acerca do caráter seletivo das tradições, cf. WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 118-123.
- <sup>24</sup> Cf. ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A sedição de 1736: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco**. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983 e CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros**. “De como meter as minas numa moenda e beberlhe o caldo dourado”. 1693-1737. 2002. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- <sup>25</sup> MONTENEGRO, Thomaz G. Paranhos. **A província e a navegação do Rio São Francisco**. Bahia: Imprensa Econômica, 1875, p. 20-22 e MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais: 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- <sup>26</sup> Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas. Reunião de 23 de julho de 1836. Apud VIANNA, Urbino de Souza. **Monographia do Município de Montes Claros: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916, p. 65.
- <sup>27</sup> SAINT-HILAIRE, Auguste – *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975. Apud PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros: Pongetti, 1979, p. 13-14.
- <sup>28</sup> Cf. GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1975, p. 196, 201-203.

- <sup>29</sup> MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara de Montes Claros e Formigas, 15-06-1842. APMC-DPDOR, VILA RISONHA DE SÃO ROMÃO. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 17-12-1842. APMC-DPDOR, MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 07-11-1842. APMC-DPDOR e MENDES. “**Entrando na ordem do dia**”: a administração pública em Rio Pardo de Minas no século XIX, p.32.
- <sup>30</sup> WIRTH. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira – 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- <sup>31</sup> BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1977, p. 188-189.
- <sup>32</sup> DIAMANTINA. Correspondência dirigida à Câmara de Montes Claros e Formigas. 17-01-1854, p. 1. APMC-DPDOR, MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5, APMC-DPDOR e MINAS GERAIS. Correspondência à Câmara de Montes Claros e Formigas. 10-06-1854, APMC-DPDOR.
- <sup>33</sup> BRASIL. **Falas do Trono**. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1977, p. 416.
- <sup>34</sup> BRASIL. Anais do Senado - 1873. Vol. 4. Disponível em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)
- <sup>35</sup> Cf. MONTENEGRO, Thomaz G. Paranhos. **A província e a navegação do Rio São Francisco**. Bahia: Imprensa Econômica, 1875, p. , p. 2-5, 32, 44 e MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais**: 1690-1930. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- <sup>36</sup> Cf., por exemplo, as edições de 16 mar. 1884, 03 nov. 1889, 10 nov. 1889, 24 nov. 1889 e 10 dez. 1889 do **Correio do Norte**. Montes Claros. Cf., também, BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883, p. 1-2. APMC-DPDOR.
- <sup>37</sup> A respeito, cf. WIRTH. **O fiel da balança**, op. Cit., PORTO. **Paternalismo, poder privado e violência**: o campo político norte-mineiro durante

- a Primeira República. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- <sup>38</sup> VIANA, Urbino. Op. Cit. A identificação de Montes Claros como Minas aparece em toda a monografia, especialmente nas páginas 24, 36, 40, 65, 103, 108, 118, 151, 159, 243, 283 e 313.
- <sup>39</sup> VIANA, Urbino. Op. Cit., p. 313.
- <sup>40</sup> PORTO, César Henrique de Queiroz. Op. Cit.
- <sup>41</sup> O eterno problema dos flagelados. Herança indesejável que a sêca nordestina legou a cidade. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 06 jan. 1940, p. 1 e 4.
- <sup>42</sup> ACI. Posto de seleção de imigrantes em nossa cidade. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 26 ago. 1951, p. 1 e PIMENTA, João Antônio. “Contra os interesses da região norte-mineira, a instalação do posto de seleção de emigrantes em Montes Claros”. **O Jornal de Montes Claros**. Montes Claros, 01 set. 1951, p.1 e 4.
- <sup>43</sup> PIMENTA, L. Mercado de escravos. **Gazeta do Norte**. Montes Claros, 15 mar. 1959, p. 1.
- <sup>44</sup> DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o progresso**. Montes Claros: ACI, 2003, p. 20.
- <sup>45</sup> MONTES CLAROS. Correspondência dirigida ao governo de Minas Gerais/Secretaria do Interior. 08-10-1935. APMC-DPDOR.
- <sup>46</sup> BOTELHO. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- <sup>47</sup> MONTES CLAROS. Correspondência dirigida à Associação Comercial de Montes Claros. 02-01-1935. APMC-DPDOR.
- <sup>48</sup> PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros: Pongetti, 1979, p.161.
- <sup>49</sup> ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Brasília/Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1979, p. 272.

- <sup>51</sup> ANJOS, Cyro dos. Op. cit., p .185-187.
- <sup>52</sup> PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**. Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.
- <sup>53</sup> PIRES, Simeão Ribeiro. Um sertanejo de lutas. **Montes Claros em Foco**. Montes Claros, nov./dez., 1962, n. 21, p. 16-17.
- <sup>54</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo: Cortez, 1999.

## FONTES

- A) Arquivo da Administração Pública de Montes Claros/Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes – APMC-DPDOR.
- BRASIL. Superintendência da Estrada de Ferro Bahia e Minas. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros, 19-03-1883. APMC-DPDOR.
- DIAMANTINA. Correspondência dirigida à Câmara de Montes Claros e Formigas. 17-01-1854. APMC-DPDOR.
- MINAS GERAIS. Correspondência à Câmara de Montes Claros e Formigas. 10-06-1854, APMC-DPDOR.
- MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara de Montes Claros e Formigas, 15-06-1842. APMC-DPDOR.
- MINAS GERAIS. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 07-11-1842. APMC-DPDOR.
- MONTES CLAROS. Representação à Assembléia Geral. 07-04-1854, p. 5, APMC-DPDOR.
- MONTES CLAROS. Correspondência dirigida ao governo de Minas Gerais/Secretaria do Interior. 08-10-1935. APMC-DPDOR.
- MONTES CLAROS. Câmara Municipal. 17-01-1968. Arquivo Administração Pública de Montes Claros/Divisão de Pesquisa e Documentação Regional da Unimontes.

VILA RISONHA DE SÃO ROMÃO. Correspondência enviada à Câmara Municipal de Montes Claros e Formigas, 17-12-1842. APMC-DPDOR.

## B) Memorialistas e viajantes

ANJOS, Cyro dos. **A menina do sobrado**. Brasília/Rio de Janeiro: José Olympio/INL, 1979.

BURTON, Richard. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1977.

DAVID, Zoraide Guerra. **Historiando o progresso**. Montes Claros: ACI, 2003.

GARDNER, George. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, São Paulo: Editora da USP, 1975.

LIMA, João Antônio de Barros. **O Estado de São Francisco: 400 anos de colônia**. s.n.t.

MONTENEGRO, Thomaz G. Paranhos. **A província e a navegação do rio São Francisco**. Bahia: Imprensa Econômica, 1875.

PAULA, Hermes de. **Montes Claros, sua história, sua gente e seus costumes**. Montes Claros: Pongetti, 1979.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros, 1979.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco I**. Montes Claros, 1998.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco II**. Montes Claros, 2001.

PORTELLA FILHO, Alfredo Dolabela. **Por que o Estado de São Francisco III**. Montes Claros. 2001.

VIANNA, Urbino de Souza. **Monographia do Município de Montes Claros**: Breves apontamentos históricos, geográficos e descritivos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916.

## C) Documentos diversos

AMAMS. **A região mineira do nordeste e o semi-árido**. Montes Claros, novembro de 1993, p. 5 (mimeo).

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. Emenda 2B0022-8.

BRASIL. Assembléia Nacional Constituinte. **Emendas Populares**, vol 2. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987.

BRASIL. **Falas do Trono**. Brasília: Instituto Nacional do Livro/MEC, 1977.

BRASIL. Anais do Senado - 1873. Vol.4. Disponível em [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
Fita VHS da Audiência Pública “Criação do Estado de Minas do Norte” realizada na Câmara Municipal de Montes Claros no dia 28 de abril de 2005.

MENDONÇA. Movimento do Estado de São Francisco. Defesa da Emenda de Criação do Estado de São Francisco.

MINAS GERAIS. **Diário Oficial**, 14 maio 1968.

UDEIMB. **Estatutos**. 31-01-1968.

VELOSO, Dirceu. **Coletânea de informações novo Estado**. Montes Claros, 2001.

#### D) Jornais

**Correio do Norte**. Montes Claros, 16 mar. 1884, 03 nov. 1889, 10 nov. 1889, 24 nov. 1889 e 10 dez. 1889.

**Diário de Montes Claros**. Montes Claros, 14 out. 1987 e 16 out. 1987.

**Gazeta do Norte**. Montes Claros, 26 ago. 1951.

**O Jornal de Montes Claros**. Montes Claros, 01 set. 1951.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, São Paulo: Cortez, 1999.
- ANASTASIA, Carla Maria Junho. **A sedição de 1736**: estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril do São Francisco. 1983. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1983.
- ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. **Mitologia da mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BOTELHO, Tarcisio. **Famílias e escravarias**: demografia e família escrava no norte de Minas Gerais no século XIX. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- CAMPOS, Maria Verônica. **Governo de Mineiros**. “De como meter as minas numa moenda e beber-lhe o caldo dourado”. 1693-1737. 2002. Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CASTRO, Iná Elias de. Visibilidade da região e do regionalismo. A escala brasileira em questão. In: LAVINAS, Lena; CARLEIAL, Liana Maria Frota; NABUCO, Maria Regina (Orgs.). **Integração, região e regionalismo**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994, p. 164-165.
- CHAUÍ, Marilena. **Cultura e democracia. O discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1982.
- COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência**. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

- DULCI, Otávio Soares. As elites mineiras e a conciliação: a mineiridade como ideologia. **Ciências Sociais Hoje** (Anuário de Antropologia, Política e Sociologia) e ANPOCS. São Paulo: Cortez, 1984.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LENCIONI, Sandra. **Região e geografia**. São Paulo: Edusp, 2003 .
- MARKUSEN, Ann R. Região e regionalismo: um enfoque marxista. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, 1991, Ano 1, n. 2, p. 61-99.
- MATA-MACHADO, Bernardo. **História do sertão noroeste de Minas Gerais: 1690-1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.
- MENDES, Ednalva Gonsalves. **“Entrando na ordem do dia”**: a administração pública em Rio Pardo de Minas no século XIX. 2004. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2004.
- MENDONÇA, Expedito. **O Estado de São Francisco**: solução para as crises que afligem a região, paginação ilegível. 1972. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 1972.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. **A cidade do favor**. Montes Claros em meados do século XX. Montes Claros: Unimontes, 2002.
- PORTO. **Paternalismo, poder privado e violência**: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- WIRTH. **O fiel da balança**: Minas Gerais na Federação Brasileira – 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.